

Minuta da Ata da 39ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, de 04/10/2007, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Membros Participantes:

1. José Domingos Gonzalez Miguez – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Newton Paciornik - Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Luiz Paulo S. Fortes – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
4. Alexandre B. Strapasson – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
5. Lindemberg Lima Bezerra – Ministério da Fazenda
6. Johanness Eck – Casa Civil da Presidência da República
7. Thelma Krug – Ministério do Meio Ambiente
8. Raphael Azeredo – Ministério das Relações Exteriores
9. Fernanda Bocorny Messias – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Outros Participantes:

1. Branca Bastos Americano – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Gustavo Mozzer - Ministério da Ciência e Tecnologia
3. João Tedeschi – Ministério de Minas e Energia
4. Alexandre Barros – Ministério da Ciência e Tecnologia
5. Claudia Maria Rezende de Souza – Ministério da Ciência e Tecnologia
6. Lídia Miranda de L. Amaral – Ministério da Ciência e Tecnologia
7. Raul Pequeno Sá Carvalho – Ministério da Ciência e Tecnologia
8. Marcos Willian Bezerra de Freitas – Ministério da Ciência e Tecnologia
9. Paula Bennati – Ministério do Meio Ambiente
10. Armando Simões – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
11. Henryette Patrice Cruz – Ministério de Minas e Energia
12. Demétrio Toledo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
13. Larissa Schmidt – Ministério da Ciência e Tecnologia
14. Sofia Shellard – Ministério da Ciência e Tecnologia
15. Gustavo Luedemann – Ministério da Ciência e Tecnologia

O Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global de Clima, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas aos representantes dos ministérios.

1. Aprovação da Ata da 38ª reunião da Comissão Interministerial.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez indagou aos membros da Comissão se teriam alguma correção a fazer na minuta de Ata da 38ª reunião da CIMGC.

O Sr. João Tedeschi, representante do Ministério de Minas e Energia (MME), indicou alguns erros de edição que foram anotados pela Secretaria Executiva para correção.

O Sr. Lindenberg Bezerra, do Ministério da Fazenda, pediu que fosse registrada sua intervenção acerca do 1º parágrafo do item 3.2. A inclusão foi acatada pelo Dr. José Domingos Gonzalez Miguez.

Não havendo outras sugestões, o Dr. Miguez, considerou a Ata da 38ª reunião aprovada com as correções apontadas.

2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

Projetos em revisão cujos proponentes não apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC:

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez informou que sete projetos não haviam respondido ao ofício da CIMGC e portando permaneceriam em revisão:

- 110 – Projeto de Cogeração com Bagaço Goiasa (PCBG)
- 117 – Projeto de Cogeração Giasa II
- 118 – Projeto de Cogeração com Bagaço Pioneiros
- 119 – Projeto de Cogeração com Bagaço Ruete (PCBR)
- 120 – Projeto de Cogeração com Bagaço Nova América Maracaí
- 127 – Projeto Nobrecel de Energia de Biomassa
- 184 – Projeto de biomassa Roullier

O Dr. Newton Paciornik informou que, como a maioria dos proponentes entrou em contato com a Secretaria Executiva pedindo que os projetos fossem mantidos como projetos submetidos, a CIMGC continuaria a esperar pelas respostas. Lembrou que não sendo atendidas as exigências dos ofícios em 60 dias, segundo a Resolução de nº 3, estes projetos deveriam ser considerados como não mais submetidos à CIMGC.

Projetos em revisão cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC:

- 179 – **Projeto de energia eólica Icarai**

A Dra. Branca Americano, assessora do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), explicou que na opinião do MCT esse projeto deveria permanecer em revisão devido à falta do Relatório de Validação, à falta de uma licença válida para a planta eólica Foz Rio Choró e correções no DCP.

A Sra. Paula Bennati, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), informou que as exigências quanto às licenças da planta eólica Foz Rio Choró não haviam sido atendidas.

O Sr. João Tedeschi, do Ministério das Minas e Energia informou que a posição do MME também era pela revisão, devido à licença vencida entre outros pontos.

A CIMGC deliberou pela permanência em **revisão** do Projeto de energia eólica Icarai, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentar o DCP (tradução do PDD), substituindo partes do texto não traduzidas e refazendo a notação com separação de milhar com pontos e decimal com vírgulas.
2. Enviar versão final do Relatório de Validação / Validation Report, conforme havia sido prometido na resposta ao Ofício MDL 225/2007/CIMGC encaminhada a esta Secretaria pela Ecológica Assessoria em 10 de agosto de 2007.
3. Apresentar a licença ambiental válida para a planta eólica Foz Rio Choró já que a Licença de Instalação 100/2005-COPAM-NUCAM da planta venceu em 12 de maio de 2007.

➤ **191 – Projetos de Mitigação de GEE das Fazendas incluídas nos DCPs BR07-S-31**

A Sra. Branca Americano destacou que na opinião do MCT esse projeto deveria permanecer em revisão, tendo em vista que o proponente não havia apresentado as cartas-convite às associações comunitárias, conforme a Resolução número 1 da Comissão.

Argumentou que conforme decisão da Resolução nº 04 da CIMGC todas as cartas convites devem ser encaminhadas antes do processo de Validação. Indagou se nesse caso específico não seria necessário requerer um novo processo de validação.

O Dr. Newton Paciornik comentou que, como este projeto havia sido submetido antes da publicação da Resolução de nº 4, ela não poderia ser aplicada a ele.

O Sr. Alexandre B. Strapasson, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), levantou a possibilidade de, de fato, não haver Associações Comunitárias na região relevantes para a atividade de projeto, e que em sua opinião a Resolução 01 da CIMGC estabelece um critério subjetivo para avaliar a relevância ou interesse de uma Associação Comunitária a fim de considerá-la no processo de consulta.

O Dr. José Miguez concordou com a argumentação apresentada pelo representante do MAPA entendendo que o projeto poderia ser aprovado.

A Sra. Paula Bennati sugeriu que o mecanismo de consulta aos atores envolvidos fosse aprimorado por meio de uma resolução da CIMGC.

O Sr. Alexandre B. Strapasson sugeriu que as prefeituras envolvidas pudessem dar declarações de que não há Associações Comunitárias interessadas.

A CIMGC deliberou pela **Aprovação** do projeto 191 – “Projetos de Mitigação de GEE das Fazendas incluídas nos DCPs BR07-S-31”.

➤ 192 – Projeto de Mitigação de GEE das Fazendas incluídas nos DCPs BR07-S-34

A CIMGC deliberou pela **Aprovação com Ressalva**, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Corrigir o mapa da Figura A1 do DCP/PDD que indica localizações distintas daquelas declaradas na Tabela A2 e demais documentos apresentados. Na citada Figura A1, consta como localização do projeto as cidades de Uberlândia, Juiz de Fora e Campinas. Em resposta ao Ofício MDL 244/2007/CIMGC o proponente argumentou que o mapa utilizado não apontava corretamente a localização dos biodigestores em função da escala utilizada. A argumentação não foi aceita porque independentemente da escala utilizada a localização deve ser correta e não em outro ponto do mapa. Nenhuma ação corretiva foi adotada visando substituir o mapa com informação errada sobre a localização das atividades de projeto por outro com informações corretas, apesar de ter sido encaminhada uma imagem de satélite que aponta com maior precisão tais localizações.

Projetos em revisão submetidos fora do prazo de 10 dias úteis estabelecido pelo artigo 03 da Resolução nº 05:

➤ 183 – Projeto de troca de combustível em Caieiras

A Sra. Paula afirmou que a ressalva levantada pelo MMA havia sido atendida, estando a licença de operação válida.

A Dra. Branca ponderou que na opinião do MCT o projeto deveria permanecer em revisão dado que a exigência relativa à adicionalidade não havia sido devidamente atendida.

A CIMGC deliberou pela permanência em **revisão** do Projeto de troca de combustível em Caieiras, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Explicar o Gráfico 6 (do DCP versão 3 ou Gráfico 4 na versão 4). Particularmente explicar como ele poderia justificar que a prática comum não é a gradual conversão da indústria ao gás natural, já que o crescimento do setor de 2000 a 2004 (23%) é bem inferior ao crescimento da demanda de gás pelo setor no mesmo período (68%). O gráfico citado indica uma diminuição percentual da diferença entre a demanda de óleo combustível e gás natural na indústria de papel e celulose ao longo do tempo. Adicionalmente explicar como essas tendências se relacionam com a

atividade de projeto cuja data de início consta ser agosto de 2006. Esta exigência consta do ofício MDL 235/2007/CIMGC e não foi atendida.

2. Esclarecer qual marco foi considerado para o estabelecimento de 01/01/2005, como data de início da atividade de projeto, tendo em vista que as caldeiras foram instaladas em 1999 (pág. 7 - Tabela 1).

➤ 188 – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica Salto Santo Antônio

A CIMGC deliberou pela **Aprovação com Ressalva**, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Modificar a data do início da atividade de projeto para que esteja em conformidade com o esclarecimento prestado pelo Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33a Reunião do EB. O EB esclarece que a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a **mais antiga** dentre as datas referentes à **implementação, construção ou tomada de ação** para o início da atividade de projeto. A data apresentada referente à entrada da usina na fase de teste não foi aceita pois não é a mais antiga dentre as três opções já que a construção da PCH é anterior à entrada da usina na fase de teste.

➤ 190 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Salto

A CIMGC deliberou pela permanência em **revisão** do Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Salto, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Refazer o cálculo das emissões evitadas pela atividade de projeto utilizando o fator de emissão da margem combinada calculado para a região Sudeste/Centro-Oeste. O cálculo do fator de emissão da margem combinada do projeto não deve incluir a Região Sul.

➤ 193 – Projeto de Co-geração da Usina Interlagos

A CIMGC deliberou pela permanência em **revisão** do Projeto de Co-geração da Usina Interlagos, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Refazer o cálculo das emissões evitadas pela atividade de projeto utilizando o fator de emissão da margem combinada calculado para a região Sudeste/Centro-Oeste. O cálculo do fator de emissão da margem combinada do projeto não deve incluir a Região Sul de acordo com deliberação da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.
2. Apresentar novo PDD/DCP e Relatório de Validação correspondente levando em consideração o novo fator de emissão.

Projetos submetidos na 38ª reunião

- 194 – Projeto Queima de biomassa sólida para geração de vapor para o processo produtivo de fabricação de cerveja em substituição ao óleo combustível nas Filiais Agudos e Teresina.

A Dra. Branca Americano destacou que na opinião do MCT esse projeto deveria ser revisto pelos proponentes uma vez que foram levantadas ressalvas acerca de erros relativos à interpretação sobre a produção de metano, não levando em consideração as restrições da licença emitida pela CETESB, havendo, também, erros na tradução no DCP. Observou que o relatório de validação deveria ser revisto por não levar em consideração as fugas de GEEs, possuía erros de tradução e fazia referências erradas ao DCP, que o Anexo III possuía informações equivocadas e que o processo de consulta aos atores locais deveria ser feito anexando o Anexo III. Observou, também, a falta de uma licença.

O Sr. João Tedeschi acrescentou que as licenças deveriam ser atualizadas com relação aos equipamentos utilizados e pediu esclarecimentos sobre a compra de biomassa de serrarias, mais especificamente se seria utilizada somente biomassa de origem sustentável para produção de vapor.

A Dra. Thelma Krug concordou com a colocação e acrescentou que o MMA também tem preocupação com a disposição das cinzas, que poderiam ser usadas como fertilizante ao invés de serem descartadas.

O Dr. José Miguez, ponderou que como o projeto ainda não foi implementado seria inviável exigir a comprovação da origem da biomassa. Sugeriu que fosse requerido do proponente do projeto uma comprovação de que na região existe excedente de biomassa suficiente. O Secretário deu como a alternativa, prevista na metodologia, que se cobre do proponente a comprovação de existência de excedente dos restos de madeira e outras fontes de biomassa combustível. Explicou também que o proponente se comprometia a utilizar apenas “resíduos”.

O Dr. Alexandre B. Strapasson, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), se manifestou pela inclusão do ponto relativo à destinação das cinzas apenas como uma recomendação ou pedido de esclarecimentos, uma vez que não competia à CIMGC intervir no processo de gestão da empresa.

Após discussão, a CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de queima de biomassa sólida para geração de vapor para o processo produtivo de fabricação de cerveja em substituição ao óleo combustível nas Filiais Agudos e Teresina, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:

- ✓ Esclarecer o possível vazamento (*leakage*) da atividade de projeto, já que, em Teresina, dois equipamentos antigos foram transferidos para outra unidade. Esses equipamentos podiam ser operados com óleo ou biomassa, conforme

informação do próprio DCP, sem a indicação que teriam sido reformados para só utilizarem biomassa daí para frente. (Itens B.5 e A.2)

- ✓ Corrigir a afirmação de que a decomposição aeróbica de biomassa emite CH₄. (Item B.5)
 - ✓ Rever a afirmação de que Secretaria Ambiental de São Paulo aprovou o projeto “de acordo com outra análise da CETESB”. O que se constata, nessa análise, é uma série de restrições e cuidados que devem ser observados, como atentar à questão da emissão de material particulado entre outros.
 - ✓ Corrigir a data de início do período de obtenção de créditos. A data que consta na página 13 (07/11/2007) difere da apresentada na página 27 (01/11/2007).
2. Rever toda a tradução do DCP, para evitar diversos erros grosseiros que impedem o correto entendimento da atividade de projeto, como, por exemplo:
- ✓ Usar o formulário específico de pequena escala.
 - ✓ Tabelas e dados numéricos estão com notação decimal em inglês.
 - ✓ No Item A.2: “Em FAG 2, uma caldeira nova a biomassa foi comprada...” quando o correto seria “Em FAG, duas novas caldeiras a biomassa foram compradas...”
 - ✓ Diversas palavras não traduzidas, como *woodchips*, *husks*.
 - ✓ No Anexo 1, há nomes dos participantes do projeto e informações sem tradução.
3. Reapresentar o Relatório de Validação para
- ✓ Confirmar a inexistência de vazamentos (leakage), já que houve transferência de equipamentos antigos para outras localidades.
 - ✓ Apresentar os mesmos proponentes da atividade de projeto, conforme o DCP/PDD.
 - ✓ Corrigir a afirmação de que nenhum comentário foi recebido dos atores convidados, conforme a Resolução N° 1 da CIMGC, já que o próprio DCP indica tais comentários.
4. Rever toda a tradução do Relatório de Validação, para evitar diversos erros, como, por exemplo:
- ✓ Afirma-se que o projeto foi analisado pela versão de “4 de julho de 2077”.
 - ✓ Diversas palavras não traduzidas, como PDD.
 - ✓ Tradução de *baseline* por base.
 - ✓ Tabelas e dados numéricos com notação decimal em inglês.
5. Reapresentar o Anexo III para corrigir a afirmação de que a decomposição aeróbica de biomassa emite CH₄. (Item a)

6. Refazer o processo de consulta aos atores locais, já que não há como verificar se foram dadas as informações completas para que os diversos atores analisassem o projeto, nem se as contribuições para o desenvolvimento sustentável foram também enviadas, conforme pede a Resolução 4, art. 5: os convites devem vir “acompanhados do nome e tipo da atividade de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, de endereço eletrônico onde poderá ser obtida cópia do documento de concepção de projeto em questão, bem como da descrição de como a atividade de projeto contribuirá para o desenvolvimento sustentável, nos termos do Anexo III da Resolução nº 1 desta Comissão.” Na carta-convite enviada fala-se do encaminhamento da “síntese do projeto”, não apresentada, além de não citar toda a atividade de projeto que envolve “Agudos e Teresina”. As cartas enviadas foram no prazo correto, exceto a que comunicava a parte em Teresina ao Fórum Brasileiro de ONG’s.
7. Reapresentar as declarações devidas do projeto, relativa à APSIS Consultoria, que vieram com apenas uma assinatura, sendo necessárias duas.
8. Apresentar a Licença Nº 000327/07, não apresentada junto à Renovação de Licença de Operação D000327/07. A primeira faz parte integrante da segunda, e poderá esclarecer sobre as caldeiras existentes. Como as caldeiras são atualmente propriedade do parceiro Alusid, e a licença ambiental está em nome da AMBEV, seria importante a manifestação do órgão licenciador sobre esse ponto.
9. Apresentar esclarecimentos acerca dos contratos estabelecidos com as serrarias e outros fornecedores para a compra da biomassa que será utilizada na geração de vapor;
10. Considerar a data mais antiga entre as duas apresentadas para início da atividade do projeto.

A título de sugestão, a CIMGC propõe que seja dada uma destinação mais adequada para as cinzas na planta de Teresina, como adotado na planta de Agudos, onde aquelas são utilizadas como fertilizantes, prática essa considerada muito mais sustentável do que a deposição em aterros sanitários.

➤ 195 – Pequena Central Hidrelétrica de Cristalino

A Dra. Branca Americano informou que o parecer do MCT era pela Revisão, devido à dúvidas quanto a adicionalidade, erros editoriais no DCP e problemas editoriais no relatório de validação.

O Dr. João Tedeschi, do MME, informou que havia erros na descrição da bacia hidrográfica: onde se lê Bacia do Rio Chapecozinho, deve ser corrigido para Bacia do Rio Ivaí. O Dr. João Tedeschi também levantou que a data de início da atividade de projeto, incluída pelo proponente como sendo a data do início de operação, uma vez que o MME considera que a aprovação do Projeto Básico seria a data pertinente para data de início de um projeto de usina hidrelétrica.

O Dr. José Miguez sugeriu que o MME apresentasse uma minuta Resolução tratando da data de início de atividade de projeto que deva ser empregada nos projetos do setor elétrico e tratando dos tipos de licença ambiental que devam ser cobradas.

A CIMGC deliberou pela *revisão* do projeto ‘Pequena Central Hidrelétrica de Cristalino’ para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar evidências de que na implementação da PCH Cristalino em 27/11/2002 o MDL foi considerado como fator determinante. Em particular esclarecer o fato do projeto não ter sido apresentado anteriormente quando teria sido possível obter os créditos retroativos. Na análise da adicionalidade é enfatizado que a receita adicional oriunda da comercialização dos RCEs contribui para a viabilidade financeira desse tipo de projeto no Brasil. No entanto essa PCH já opera desde 2003, mesmo assim, a empresa só submeteu o projeto MDL em 2007 não se beneficiando dos créditos retroativos.
2. Mudar a data de início da atividade de projeto. A data adotada para início da atividade de projeto é 09/08/2005 corresponde à data em que a usina entrou em operação comercial, conforme consta no Despacho SFG/ANEEL nº. 281, de 08/08/2005. No entanto, o proponente deverá considerar a data em que o Projeto Básico da usina foi aprovado, em 22/03/2004, o que configura que a partir deste momento a usina seria efetivamente instalada. O presente pedido fundamenta-se no esclarecimento prestado pelo Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33a Reunião do EB, em que a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.
3. Alterar no item B.3., 1º parágrafo (pág. 8 do DCP), a descrição da bacia hidrográfica. (está descrita como sendo na Bacia do Rio Chapecozinho – o correto é na Bacia do Rio Ivaí);
4. Revisar o DCP/PDD a fim de sanar erros como: padronizar a abreviatura do nome do projeto que hora aparece como “CristalSHP”, hora como “CristalPCH” na versão em português; traduzir fragmentos de texto em inglês, como “no” na tabela 1 e a notação de milhar com vírgulas na tabela 2 (com exceção dos totais e média, onde foram notados com ponto); erros de grafia como “eletricad” em vez de “elétricas” na linha 6 do 3º parágrafo da página 9. Revisar a figura 1. na versão em inglês, onde as palavras na figura estão ilegíveis e uma palavra aparece solta na margem esquerda abaixo da figura.
5. Comprovar que os destinatários das cartas-convite tiveram acesso a um endereço eletrônico onde poderia ser obtida cópia do DCP/PDD e à descrição de como a atividade de projeto contribuirá para o desenvolvimento sustentável, nos termos do

Anexo III da Resolução nº 1 da CIMGC, conforme exigido pela Resolução de nº 4 da CIMGC em seu artigo 5º parágrafo único. Adicionalmente apresentar uma cópia do anexo à carta-convite que foi encaminhado aos agentes envolvidos e afetados pelas atividades de projeto.

6. Revisar o Anexo III no sentido de substituir a idéia de **nenhum** impacto ambiental por impacto ambiental **menor** do que o causado por grandes centrais hidroelétricas em “VII – Conclusão” (trocar “elimina o impacto” por “reduz o impacto” e “sem comprometer o meio” por “com menor comprometimento do meio”); Não citar no Anexo III os argumentos de cumprimento da legislação ambiental e trabalhista, inclusive no que se refere às medidas de compensação ambiental, uma vez que os requisitos legais fazem parte da linha de base e não são contribuições adicionais atribuíveis à atividade de projeto.
7. Revisar o relatório de validação. O último parágrafo que consta no resumo da versão em inglês não aparece na versão em português; os índices, tanto da versão em português quanto da versão em inglês, contém erros e nenhum dos dois referencia corretamente os títulos dos capítulos com suas respectivas páginas. Revisar a versão em português quanto a erros de grafia e formatação, como na página 7, onde uma frase solta dificulta a leitura.

➤ 196 – Pequena Central Hidrelétrica de Faxinal dos Guedes.

A Dra. Branca Americano informou que o parecer do MCT era pela Revisão devido dúvidas quanto à adicionalidade do projeto, entre outras questões.

Não havendo outros comentários, a CIMGC deliberou pela **revisão** do projeto “Pequena Central Hidrelétrica de Faxinal dos Guedes”, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar argumentos e provas documentais que demonstrem que o início da atividade de projeto da PCH Faxinal dos Guedes em 19/12/2002 considerou o MDL como fator determinante. Em particular esclarecer o fato de o projeto não ter sido apresentado anteriormente quando teria sido possível obter os créditos retroativos.
2. Corrigir no item C.1.1 a data de início da atividade de projeto deixando claro e sem ambigüidade a data mais antiga. Consta no DCP que embora a atividade de projeto tenha tido início em 19 de dezembro de 2002, a data de início a ser considerada dever ser 24/02/2007, pois foi apenas em fevereiro que a FAXSHP começou a fornecer eletricidade à rede. No entanto, isso contradiz esclarecimento prestado pelo Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33ª Reunião do EB, em que a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à **implementação, construção ou tomada de ação** para o início da atividade de projeto. O proponente deverá considerar a

data em que o Projeto Básico da usina foi aprovado, em 22/03/2004, o que configura que a partir deste momento a usina seria efetivamente instalada.

3. Corrigir no DCP item A.4.1.4 as coordenadas do projeto. As coordenadas na versão em português constam ser 26° 46' Sul e na versão em inglês, 26° 26' Sul.
4. Corrigir no Relatório de Validação a afirmação que o projeto utiliza a Metodologia de Pequena Escala I.D –Versão 10, 23/12/2006. No DCP consta que a versão 11 da referida metodologia foi utilizada.

➤ 197 – Projeto de troca de combustível para gás natural da Servatis e Carta Rio.

A Dra. Branca Americano informou que o parecer do MCT era pela aprovação com ressalvas devido à incompatibilidade da data de início de atividade de projeto.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do “projeto de troca de combustível para gás natural da Servatis e Carta Rio”, para o atendimento das seguintes observações:

1. Corrigir a data do início da atividade de projeto. Constam duas datas no item C.1.1 do DCP e do PDD. A data a ser adotada é apenas uma e deve ser a mais antiga referente à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto. O presente pedido fundamenta-se no esclarecimento prestado pelo Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33a Reunião do EB, em que a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.
2. Comprovar de que a atividade específica do projeto (troca de combustível) foi devidamente comunicada e acordada pela FEEMA.

Projeto aprovado requerendo nova carta de aprovação:

➤ 143 – Projeto de Energia Eólica Rosas dos Ventos.

A Dr. Newton Paciornik informou que o procedimento de emissão de nova carta de aprovação é realizado pela Secretaria Executiva quando não ocorrem mudanças substantivas no DCP (e.g. mudança de participantes). No caso do projeto de energia eólica Rosa dos Ventos, houve alterações substantivas, tendo a Secretaria Executiva decidido por submeter o pedido de nova carta à apreciação da CIMGC.

A Dra. Branca Americano acrescentou que o MCT listou as alterações: nova razão social, o aumento da potência instalada e energia gerada, a diminuição do número de turbinas, porém turbinas diferentes, mais potentes e que possivelmente necessitariam outras licenças ambientais.

A CIMGC deliberou que fosse dado um prazo, até o dia 15 de outubro de 2007, para que os Ministérios se manifestassem sobre a emissão da nova carta, e que caso não houvesse objeção seria emitida uma nova carta de aprovação. Em caso contrário, a questão seria discutida na próxima reunião da CIMGC.

Novo projeto submetido analisado pela CIMGC

O Dr. José Miguez indagou aos demais membros da CIMGC se haveria alguma objeção em adiantar a apreciação do Projeto de Redução de Emissões do Aterro CTRVV submetido à CIMGC em 04/09/2007, já que alguns ministérios já teriam concluído sua análise. Não houve manifestação contrária.

➤ 198 – Projeto de redução de emissões do aterro CTRVV.

A Dra. Branca Americano explicou que o parecer do MCT é pela aprovação com ressalvas.

O Sr. João Tedeschi ressaltou que as datas no DCP e no relatório de validação estão divergentes.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do “Projeto de redução de emissões do aterro CTRVV” para o atendimento das seguintes exigências:

1. Retirar a Licença de Operação do texto do DCP/PDD, pois não é aceito pela Junta Executiva do MDL nenhum documento no corpo do PDD em idioma que não seja o inglês.
2. Reapresentar o Relatório de Validação com a versão correta do DCP/PDD. Nas versões apresentadas o PDD (junho) é posterior ao Relatório de validação (maio).

Novos projetos submetidos:

O Dr. José Miguez informou que os cinco projetos a seguir foram submetidos à CIMGC e deverão ser analisados durante a 40ª reunião da CIMGC:

- 199 – Projeto Usina Hidroelétrica a fio d`água Castro Alves da Ceran
- 200 – Projeto pequena central hidroelétrica ARS
- 201 – Projeto pequena central hidroelétrica Faxinal II
- 202 – Projeto de gás de aterro sanitário de Feira de Santana
- 203 – Projeto de abatimento de óxido nitroso na PAN2 Fosfertil
Piaçagüera

3. Outros Assuntos

- 3.1.** Correspondência da Eletrobrás sobre a submissão de projetos do PROINFA e parecer jurídico da CIMGC sobre o Artigo 5º do Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 5.888, de 31 de agosto de 2006.

O Dr. José Miguez convidou a Sra. Larissa Schmidt para apresentar suas considerações.

A Sra. Larissa informou que foi enviada carta-ofício em resposta à Eletrobrás em 24 de agosto de 2007, pedindo maiores esclarecimentos sobre como a Eletrobrás propõe que CIMGC possa agir no sentido de garantir “a regularidade dos processos de registro dos DCPs do Proinfa”, como solicitado pela Eletrobrás. Informou que não houve, porém, resposta da Eletrobrás até a 39ª reunião da CIMGC. Propôs, então, que se esperasse a resposta da Eletrobrás para que a CIMGC se manifestasse a respeito na próxima reunião.

O Dr. José Miguez informou que o conteúdo da carta enviada pela Eletrobrás era ambíguo e concordou que a CIMGC deliberasse a esse respeito apenas quando obtivesse resposta da Eletrobrás ao questionamento. Solicitou que cópias do ofício elaborado pela Secretaria Executiva para a Eletrobrás fossem distribuídas aos presentes na reunião.

- 3.2.** Recomendação, recebida do Ministério Público Federal no Estado de São Paulo, sobre o projeto “Bandeirantes de Gás de Aterro e Geração de Energia”.

O Dr. José Miguez convidou o Sr. Marcos Willian Bezerra de Freitas para apresentar suas considerações.

O Sr. Marcos Willian esclareceu que se trata de recomendação do Ministério Público Federal (MP) em São Paulo, recebida em 24 de setembro, tratando da aprovação do Projeto Aterro Bandeirantes. Em 2006 houve uma representação requerendo documentos que foram devidamente enviados pelo MCT ao órgão requerente. Em resposta o Ministério Público informou que a licença ambiental estava precária e que a participação não era representativa, recomendando a anulação da carta de aprovação.

Foi elaborado, pela Secretaria Executiva, um parecer para ser encaminhado à assessoria jurídica do Ministério para subsidiar a resposta do MCT. O Parecer é contrário a uma revogação da carta de aprovação, dado que a validade da licença ambiental é reconhecida pela própria CETESB, que não foi configurada nenhuma ilegalidade e que a atividade de projeto não é contrária ao interesse público.

O autor do parecer da Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência e Tecnologia - Conjur, o Sr. Raul Pequeno Sá Carvalho, apresentou os argumentos tecidos pela assessoria: 1. verificada a legalidade da licença ambiental, publicada em diário oficial. A licença não é precária como consta em documento do MP e sim válida por cinco anos; 2 A própria CETESB atesta que as licenças contemplam, separadamente, a atividade do projeto além da atividade da empresa; 3 A CETESB se manifestou sobre local do aterro afirmando entender que a atividade do aterro não se refere à coleta do gás metano no mesmo; 4 A única pendência ambiental constatada pela CETESB no aterro se refere a implantação da barreira vegetal que ainda não está concluída, mas que a própria CETESB entende que isto não

prejudica a conformidade da atividade com a legislação ambiental – não havendo precariedade no ato. O parecer não entende que foi feita uma análise meramente formal, como consta no documento do MP, uma vez que foram levantadas ressalvas a este projeto pelo CIMGC, e que a carta de aprovação só foi emitida após as ressalvas serem atendidas.

Quanto à possibilidade de manifestação sobre o projeto pela sociedade civil, o Sr. Raul Pequeno Sá Carvalho lembrou que foram enviadas cartas-convite a inúmeras entidades, entre elas a CETESB, Câmara de Vereadores, Fórum Brasileiro de ONGs, Secretaria de Meio Ambiente, Departamento de Limpeza Urbana e o próprio Ministério Público.

Quanto à revogação da carta de aprovação, lembrou que uma recomendação do Ministério Público não pode interferir na decisão do CIMGC, órgão soberano para avaliar a contribuição ao desenvolvimento sustentável dos projetos no âmbito do MDL no país.

3.3. Procedimento em relação à Carta de Aprovação do projeto “Ecoinvest - Agroceres Pic – Captura e combustão de GEE de uma granja de suínos no Brasil” que teve seu registro negado por ter sido validado por uma Entidade Operacional Designada não credenciada para atuar no escopo setorial do projeto.

O Dr. José Miguez esclareceu se tratar de projeto que não recebeu registro do Conselho Executivo devido à EOD não estar credenciada para validar este tipo de projeto, podendo não ter a experiência e o pessoal especializado para desempenhar tal função.

O Dr. Newton Paciornik entendeu se tratar de ilegalidade, uma vez que a validadora prestou o serviço apresentando um documento onde afirma poder desempenhar tal atividade, quando não foi de fato credenciada.

O Sr. Marcos Willian afirmou que o efeito da constatação desta ilegalidade é retroativo a todo o processo e que a carta deve ser anulada.

A Dra. Branca Americano sugeriu que a CIMGC deveria passar a exigir que o modelo de declaração encaminhada pelas EOD deveria constar explicitamente sua competência para validar o escopo setorial do projeto envolvido no processo.

O Dr. José Miguez afirmou que não é a tarefa da CIMGC prever todas as possíveis falhas das EODs, mas ressaltou a importância de informar o proponente que o seu projeto deverá ser submetido para validação de uma EOD competente.

O Dr. Johaness Eck, da Casa Civil da Presidência da República, sugeriu que este questionamento fosse encaminhado à consultoria jurídica do MCT.

O Dr. José Miguez acatou a sugestão, e informou que este tipo de falha no processo de validação pelas EODs está sendo analisada pelo Conselho Executivo.

3.4. Correspondência do CEBDS sobre os fatores de emissão de energia elétrica do Sistema Interligado.

O Dr. Newton Paciornik esclareceu se tratar de Carta do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável endereçada ao Ministro do MCT, presidente da CIMGC, criticando o fator de emissão empregado pela Comissão para cálculo da linha de base. Argumentam que o procedimento adotado pela CIMGC desestimula o desenvolvimento de novos projetos de MDL no setor energético.

O Dr. José Miguez esclareceu que foram realizadas duas reuniões com desenvolvedores de projetos, MME, MCT e Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para discutir os fatores de emissão por região e que na segunda reunião foram apresentados os resultados dos cálculos do ONS para este fim. O ONS ficou encarregado de preparar a ata da reunião e o Dr. José Miguez sugeriu que a ata da referida reunião seja encaminhada ao CEBDS e aos desenvolvedores de projetos que não foram convidados para essas reuniões.

Reafirmou que no ponto de vista do ONS, do MCT e do MME esta situação reflete a realidade brasileira. Lembrou que caso não seja adotada uma linha de base conservadora há a possibilidade de geração de Reduções Certificadas de Emissões que não correspondam de fato a reduções de emissões de gases de efeito estufa, situação essa, prejudicial à integridade do Protocolo de Quioto e em última análise ao aquecimento global.

O Dr. José Miguez informou também que, além dos questionamentos ao ONS, o Conselho Executivo do MDL também foi consultado e que a Secretaria Executiva aguarda uma resposta. Explicou que essa proposta foi encaminhada para o conhecimento do Conselho Executivo do MDL a fim de avaliar sua aplicabilidade à metodologia ACM002, conforme divulgado no site do MCT. Ressaltou que até que haja uma definição sobre a aplicabilidade dessa proposta, não haveria qualquer prejuízo para novos projetos ou projetos em andamento.

O Dr. Newton Paciornik informou que foi escrita uma carta-resposta a ser enviada pelo Ministro do MCT ao CEBDS, cujo conteúdo reflete a opinião expressada pelo Dr. José Miguez.

3.5. Data da 40ª Reunião da CIMGC

O Dr. José Miguez lembrou que a data marcada para a próxima reunião da CIMGC coincidia com o período em que especialmente os membros do MRE, MCT e MMA estarão na COP, e que a próxima reunião não deveria ultrapassar o prazo de 60 dias, estipulado na Resolução nº 05 da CIMGC.

A CIMGC deliberou pelo agendamento do dia 21 de novembro de 2007 para a próxima reunião do Comitê.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Dr. José Domingos Gonzalez Miguez agradeceu a presença de todos os representantes dos ministérios e encerrou a reunião.